



CONGRESSO NACIONAL

REQUERIMENTO Nº DE - CPMI - INSS

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, da Lei nº 1579 de 1952 e do art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, a convocação do Senhor Romeu Zema, Governador de Minas Gerais e herdeiro do Grupo Zema, para prestar depoimento perante esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

JUSTIFICAÇÃO

Esta CPMI foi criada pelo Requerimento nº 7, de 2025 - CN, para investigar o mecanismo de fraudes identificado no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), envolvendo descontos irregulares em benefícios de aposentados e pensionistas. A oitiva do Sr. Romeu Zema, governador de Minas Gerais, se faz necessária pelas razões expostas a seguir.

A Polícia Federal em conjunto com a Controladoria Geral da União deflagrou a Operação Sem Desconto, identificando que associações, clubes de serviços, empresas e agentes públicos desenvolveram um esquema criminoso para lesar pensionistas do INSS em mais de R\$ 6 bilhões.

É responsabilidade da CPMI do INSS, de acordo com o Plano de Trabalho, analisar falhas institucionais e possíveis fraudes nos empréstimos consignados oferecidos a aposentados e pensionistas do INSS. O objetivo é investigar a participação de entidades (associações, sindicatos ou empresas) e pessoas físicas nessas transações, bem como o destino dos recursos envolvidos.



A ZEMA CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, de CNPJ nº 05.351.887/0001-86, nome fantasia "Zema Financeira" e com sede em Araxá/MG, oferece empréstimo consignado para aposentados e pensionistas do INSS, com descontos diretos na folha de pagamento. A Zema Financeira também oferece aopção de portabilidade para quem já possui um empréstimo consignado em outra instituição financeira, permitindo transferi-lo para a Zema.

Ainda, segundo informações fornecidas no sítio eletrônico da empresa, a contratação é feita em um processo 100% online (<https://www.zemafinanceira.com/emprestimoconsignado>), o que, diante da investigaçãoem curso por esta CPMI, gera grandes riscos de fraude, especialmente diante davulnerabilidade do público alvo, idosos com pouca familiaridade com a tecnologia.

A Financeira também foi uma das instituições beneficiadas pela Medida Provisória nº 1.106, de 17.03.2022 do Governo Bolsonaro, posteriormente convertida na Lei nº 14.431, de 03.08.2022, que possibilitou a realização de consignações em benefícios do Programa Auxílio Brasil (PAB) para amortização de empréstimos. A Zema foi uma das poucas instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central a oferecer a linha de crédito que desconta a parcela direto do pagamento feito pelo governo para famílias vulneráveis em até 40% do valor do benefício.

Cumprе destacar que auditoria realizada pela CGU, publicada no Relatório de Avaliação nº 1419235, de 2023, indicou possível uso eleitoral do benefício:

Achados de auditoria:

O relatório de avaliação da CGU indicou a ausência de informações sobre estudos, discussões e análises que tenham embasado a regulamentação,por parte do MDS, dos procedimentos



operacionais para a realização de consignação em benefícios do PAB. A principal consequência foi a aplicação de uma alta taxa de juros, que foi definida, sem justificativa identificada, a 3,5% ao mês, sendo que a média dessa taxa, em empréstimos consignados, é de 2,13% para o período.

O trabalho apontou também ausência de execução de rotina se procedimentos, por parte do MDS, para acompanhamento da operacionalização dos descontos de parcelas nas folhas de pagamentos do PAB.

A auditoria verificou ainda a existência de falhas na operacionalização dos empréstimos consignados, havendo contratos celebrados em desacordo com os normativos, e famílias que tiveram descontos indevidos sobre seus benefícios.

Recomendações

A linha do tempo da concessão do benefício mostra que 93% dos contratos foram firmados em outubro, entre os dois turnos da corrida presidencial. A suspeita de uso eleitoral levou a CGU a encaminhar as informações para a Justiça Eleitoral.

A CGU recomendou ao MDS a estruturação do processo de acompanhamento da operacionalização dos descontos de empréstimos consignados em benefícios do PAB. E ainda a apuração das causas dos descontos indevidos de famílias que não contrataram empréstimo, bem como das situações ocorridas, dos fatos e das responsabilidades relacionadas. Quanto aos empréstimos consignados concedidos por outras instituições financeiras, além da CAIXA, a recomendação foi no sentido de verificação da eventual ocorrência de recebimento de repasses decorrentes de descontos indevidos. Adicionalmente, que sejam



acompanhadas as providências de devolução às famílias nos casos de descontos indevidos.

(<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2023/09/cgu-conclui-auditorias-sobre-credito-consignado-do-auxilio-brasil-e-encaminha-relatorio-ao-tse-para-analise-de-possivel-uso-eleitoral-do-beneficio>)

Esse fato requer especial atenção desta CPMI pelo fato da empresa pertencer ao Grupo Zema — do qual o governador de Minas Gerais reeleito em 2022, Romeu Zema (Novo), é herdeiro e ex-administrador.

Pelas razões expostas é imprescindível a convocação do senhor Romeu Zema Neto para prestar esclarecimentos acerca da atuação da instituição na oferta de produtos financeiros a aposentados e pensionistas, incluindo o crédito consignado.

Sala da Comissão, 1º de dezembro de 2025.

Deputado Rogério Correia
(PT - MG)

